



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

do INE

DESTAQUE

Informação à
Comunicação Social

8 de Novembro de 2000

ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO

Número IV - 2000

O Instituto Nacional de Estatística, através da sua Direcção Regional do Centro, trouxe a público a quarta edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC), a que foi atribuída a data de capa do ano 2000.

O EPCC compõe-se de um conjunto de três indicadores, que visam caracterizar os concelhos portugueses do ponto de vista do poder de compra, e que foram inferidos de um vasto leque de 18 variáveis por recurso a um modelo de análise factorial. O grande interesse destes indicadores decorre deles constituírem informação à micro-escala concelhia, escassa no sistema estatístico português. São os seguintes os indicadores propostos no âmbito do EPCC:

- O Indicador per Capita do poder de compra;
- A Percentagem do Poder de Compra;
- O Factor Dinamismo Relativo.



O Indicador per Capita é um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes concelhos e regiões, com esse valor de referência nacional.

A Percentagem do Poder de Compra reflecte o peso do poder de compra de cada concelho e região, que transparece do Indicador per Capita, no total do país que assume o valor 100%.

O Factor Dinamismo Relativo mede a tendência, sobretudo em termos de dinâmica comercial, que subsiste para além do poder de compra regularmente manifestado nos concelhos e regiões do país e que é medido pelos dois indicadores anteriores. Este último indicador, que se expressa também em proporção dos residentes nos concelhos, reflecte sobretudo o poder de compra associado aos fluxos populacionais de raiz turística que geralmente assumem uma mera natureza sazonal.

A grande vantagem do modelo, utilizado no EPCC, é que os coeficientes com que cada uma das 18 variáveis de base contribuiu para os três indicadores em cima não foram calculados de forma arbitrária. Ao contrário, os coeficientes foram determinados pelo próprio modelo,

que se revelou capaz, simultaneamente, de fornecer informação que permitiu discernir as variáveis incluídas das excluídas da análise. De facto, aquelas 18 variáveis de base foram escolhidas, por este processo, de um universo de mais de 70 variáveis experimentadas.

No que respeita ao Indicador per Capita de poder de compra, realce-se que somente 26 concelhos conseguem ultrapassar o índice 100, padrão que representa a média nacional daquele índice. Este número particularmente escasso de municípios não deve contudo causar estranheza, já que a média do País é ponderada pelo peso demográfico dos concelhos, e os concelhos com maior poder de compra são também, quase sempre, os mais populosos. A característica dominante desses 26 concelhos é pois a sua natureza eminentemente urbana, compondo-se essencialmente de municípios localizados na Grande Lisboa e no Grande Porto, e de capitais de distrito ou região.

O quadro em baixo inclui o valor do Indicador per Capita nalguns dos principais concelhos portugueses, assim como a posição ocupada por estes municípios no ranking desse indicador.

CONCELHOS	IPC	Ranking	CONCELHOS	IPC	Ranking
Lisboa	305,19	1	Funchal	107,92	17
Porto	238,77	2	Évora	105,00	19
Oeiras	164,30	3	Leiria	103,83	21
Cascais	148,89	4	Braga	103,57	22
São João da Madeira	148,74	5	Beja	102,91	23
Faro	139,37	6	Ponta Delgada	95,43	35
Coimbra	136,99	7	Viseu	95,39	36
Amadora	131,36	8	Portalegre	95,31	37
Aveiro	127,20	9	Santarém	94,52	38
Almada	124,21	10	Guarda	93,99	40
Matosinhos	123,15	11	Castelo Branco	87,43	46
Sintra	119,08	12	Bragança	86,70	47
Maia	115,68	13	Vila Real	84,22	51
Setúbal	114,46	14	Viana do Castelo	80,10	57
Entroncamento	109,55	15			

Quanto à Percentagem de Poder de Compra, que representa a estrutura do poder de compra nacional, constata-se, no que respeita às regiões NUTS II, que a Região de Lisboa e Vale do Tejo representa, sozinha, mais de 45% do poder de compra do País. Segue-se-lhe a Região Norte que excede os 30%, enquanto a Região Centro se queda por cerca de 13%. Alentejo e Algarve ficam aquém dos 4% do poder de compra nacional. As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, por sua vez, não atingem cada uma os 2% do poder de compra total, o que significa que o Continente tem um peso no poder de compra nacional, que ascende aos 96,5%.

O valor mais elevado do Factor Dinamismo Relativo registou-se no Algarve, região em que este indicador mais que triplicou o desvio-padrão da sua distribuição, atingindo um score de 3,04. Para além do Algarve, somente a Região Autónoma da Madeira verifica um registo positivo neste indicador, cifrado em 0,34.

A presente publicação do EPCC inclui um CD que, entre outras vantagens, possui um dispositivo que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores, e da população, para qualquer agrupamento de concelhos a seleccionar pelo utilizador. A aplicação fornece ainda, directamente, os valores dos índices para outras divisões geográficas, como os distritos, as regiões agrárias e as regiões turísticas.